

BAUMINAS Mineração Ltda.

**Demonstrações financeiras em 31 de dezembro
de 2018 e 2017**

Conteúdo

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras	3
Balanços patrimoniais	6
Demonstração de resultados	7
Demonstração dos resultados abrangentes	8
Demonstração das mutações do patrimônio líquido	9
Demonstração do fluxo de caixa	10
Notas explicativas às demonstrações financeiras	11



KPMG Auditores Independentes

Rua Paraíba, 550 - 12º andar - Bairro Funcionários

30130-141 - Belo Horizonte/MG - Brasil

Caixa Postal 3310 - CEP 30130-970 - Belo Horizonte/MG - Brasil

Telefone +55 (31) 2128-5700

kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores da
Bauminas Mineração Ltda.
Cataguases - MG

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Bauminas Mineração Ltda. (Empresa), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2018 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Bauminas Mineração Ltda. em 31 de dezembro de 2018, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Empresa, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outros assuntos Exercício anterior não auditado

Exercício anterior não auditado

Chamamos a atenção para o fato de que não examinamos o balanço patrimonial da Empresa em 31 de dezembro de 2017 e as demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, ou de quaisquer notas explicativas relacionadas e, conseqüentemente, não expressamos uma opinião sobre eles.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Empresa continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Empresa ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Empresa.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Empresa. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Empresa a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Belo Horizonte, 10 de abril de 2019

KPMG Auditores Independentes
CRC SP-014428/O-6 F-MG



Anderson Linhares de Oliveira
Contador CRC MG 086685/O-8

BAUMINAS Mineração Ltda.**Balço patrimonial em 31 de dezembro de 2018 e 2017***(Em milhares de Reais)*

	Nota	2018	2017 (nŁo auditado)
Ativos			
Caixa e equivalentes de caixa	5	830	874
Contas a receber de clientes	6	7.554	4.892
Estoques	7	5.641	5.755
Adiantamento a Fornecedores		1.728	112
Impostos a recuperar	8	2.022	1.689
Imposto de Renda e ContribuiŁŁo Social Corrente	8	1.079	754
Outras contas a receber		318	512
Total do ativo circulante		19.172	14.588
DepŁsitos judiciais		698	773
Impostos a recuperar		42	67
Imposto fiscal diferido	17	4.123	4.552
Total do realizŁvel a longo prazo		4.863	5.392
Imobilizado	9	25.161	25.768
Intangível	10	1.751	1.562
		26.912	27.330
Total do ativo nŁo circulante		31.775	32.722
Total do ativo		50.947	47.310

As notas explicativas sŁo parte integrante das demonstraŁŁes financeiras.

BAUMINAS Mineração Ltda.

Balanco patrimonial em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de Reais)

	Nota	2018	2017 (não auditado)
Passivos			
Fornecedores	11	1.681	1.445
Empréstimos e financiamentos	12	2.010	1.855
Impostos a pagar	13	221	300
Salários e encargos	14	734	765
Dividendos a pagar e JSCP		-	1.786
Outras contas a pagar		<u>1.571</u>	<u>1.753</u>
Total do passivo circulante		<u>6.217</u>	<u>7.904</u>
Empréstimos e financiamentos	12	702	1.841
Empréstimos com partes relacionadas	23	5.139	619
Provisão para contingências	15	17.398	17.038
Impostos a pagar	13	<u>206</u>	<u>126</u>
Total do passivo não circulante		<u>23.445</u>	<u>19.624</u>
Patrimônio líquido			
Capital social	16	32.622	32.622
Prejuízos acumulados		(11.337)	(12.840)
Total do patrimônio líquido		<u>21.285</u>	<u>19.782</u>
Total do passivo		<u>29.662</u>	<u>27.528</u>
Total do passivo e patrimônio líquido		<u>50.947</u>	<u>47.310</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

BAUMINAS Mineração Ltda.

Demonstrações do resultado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de Reais)

	Nota	2018	2017 (não auditado)
Receita	18	29.061	26.614
Custo das vendas	19	<u>(20.184)</u>	<u>(19.291)</u>
Lucro bruto		<u>8.877</u>	<u>7.323</u>
Despesas de vendas	20	(3.561)	(2.379)
Despesas administrativas	21	(2.203)	(2.300)
Despesas tributárias		(506)	(295)
Outras receitas (despesas)		<u>309</u>	<u>(731)</u>
Resultado antes das receitas (despesas) financeiras líquidas e impostos		2.916	1.618
Receitas financeiras	22	438	122
Despesas financeiras	22	<u>(1.115)</u>	<u>(1.824)</u>
Despesas financeiras líquidas		<u>(677)</u>	<u>(1.702)</u>
Resultado antes dos impostos		2.239	(84)
Imposto de renda e contribuição social	17	(307)	(126)
Imposto de renda e contribuição social diferido	17	<u>(429)</u>	<u></u>
Resultado do exercício		<u><u>1.503</u></u>	<u><u>(210)</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

BAUMINAS Mineração Ltda.

Demonstração do resultado abrangente

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de Reais)

	2018	2017 (não auditado)
Resultado Líquido do exercício	<u>1.503</u>	<u>(210)</u>
Resultado abrangente total	<u>1.503</u>	<u>(210)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

BAUMINAS Mineração Ltda.

Demonstração da mutação do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de Reais)

	Capital social	Prejuízos acumulados	Total do Patrimônio Líquido
Saldo em 31 de dezembro de 2016 (não auditado)	<u>32.622</u>	<u>(12.630)</u>	<u>19.992</u>
Resultado do exercício	<u>-</u>	<u>(210)</u>	<u>(210)</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2017 (não auditado)	<u>32.622</u>	<u>(12.840)</u>	<u>19.782</u>
Resultado do exercício	<u>-</u>	<u>1.503</u>	<u>1.503</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2018	<u>32.622</u>	<u>(11.337)</u>	<u>21.285</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

BAUMINAS Mineração Ltda.

Demonstração do fluxo de caixa

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de Reais)

	2018	2017 (não auditado)
Resultado do exercício	1.503	-210
Ajustes para:		
Depreciação e amortização	1.332	3.683
Constituição (Reversão) de provisões	437	578
Impostos diferidos	429	-
Baixa de imobilizado	-	424
Juros provisionados sobre empréstimos	1.004	
Variações em:		
Contas a receber de clientes	(2.739)	(1.547)
Estoques	114	4.968
Impostos a recuperar	190	4.406
Outras contas a receber	194	(372)
Depósitos judiciais	75	(227)
Fornecedores	236	(616)
Impostos a pagar	1	199
Salários e encargos	(31)	25
Adiantamento a Fornecedores	(1.616)	-
Outras contas a pagar	(182)	(403)
Imposto de renda e contribuição social pagos	(498)	
Pagamento de juros sobre empréstimos	(690)	-
Fluxo de caixa líquido decorrente das (aplicados nas) atividades operacionais	(241)	10.908
Fluxo de caixa de atividades de investimento		
Aquisição de imobilizado e intangível	(914)	(5.975)
Fluxo de caixa (aplicado) nas atividades de investimento	(914)	(5.975)
Fluxo de caixa de atividades de financiamento		
Recursos obtidos de empréstimos e financiamentos	-	369
Amortização de principal	(1.297)	(3.977)
Partes relacionadas	4.520	(920)
Dividendos e juros sobre capital próprio pagos	(1.786)	-
Fluxo de caixa líquido decorrente das (aplicado nas) atividades de financiamento	1.437	(4.528)
Aumento (Redução) líquido em caixa e equivalentes de caixa	282	405
Caixa e equivalentes de caixa no início do período	874	469
Caixa e equivalentes de caixa no fim do período	830	874

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais)

1 Contexto operacional

Constituída em 27 de abril de 1970, a BAUMINAS Mineração Ltda. (“Mineração” ou “Empresa”) é uma Empresa domiciliada no Brasil, estabelecida em Cataguases - Minas Gerais.

Os objetivos sociais da Empresa são:

- a) A industrialização e a comercialização de produtos minerais, tais como bauxita e limonita;
- b) A realização de pesquisas minerais no país;
- c) A exploração e o aproveitamento comercial e industrial de jazidas minerais no território brasileiro;
- d) A exportação e a importação de produtos referentes a seu objetivo social;
- e) A participação no capital de outras Empresas, sejam civis ou comerciais, quaisquer que sejam seus objetivos e independentemente da forma jurídica de associação, inclusive em consórcios, empresas em conta de participação, companhias e sociedades, sendo-lhe permitida a aplicação de recursos em empreendimento, bens ou valores, inclusive adquirindo títulos negociáveis do mercado de capitais, bem como a prática de todos e quaisquer atos destinados à gestão e a mobilização de seu patrimônio, visando a otimizá-lo.

2 Base de preparação

a. Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP).

A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela Diretoria em 10 de abril de 2019. Após a sua emissão, somente os acionistas têm o poder de alterar as demonstrações financeiras.

Este é o primeiro conjunto de demonstrações financeiras anuais da Empresa no qual o CPC 47/IFRS 15 - Receita de Contrato com Cliente e o CPC 48/IFRS 9 - Instrumentos Financeiros foram aplicados.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

b. Moeda funcional e moeda de apresentação

Estas demonstrações financeiras estão apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Empresa. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

c. Uso de estimativas e julgamentos

Na preparação destas demonstrações financeiras, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Empresa e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

d. Incertezas sobre premissas e estimativas

As informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas em 31 de dezembro de 2018 que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material nos saldos contábeis de ativos e passivos no próximo ano fiscal estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- **Nota explicativa 4.g** - mensuração/determinação da vida útil do ativo imobilizado e a sua depreciação.
- **Nota explicativa 4.i** - reconhecimento e mensuração de provisões e contingências: principais premissas sobre a probabilidade e magnitude das saídas de recursos;

e. Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, exceto quando indicado de outra forma.

3 Mudanças nas principais políticas contábeis

A Empresa aplicou inicialmente o CPC 47/IFRS 15 e CPC 48/IFRS 9 a partir de 1º de janeiro de 2018. Uma série de outras novas normas também entraram em vigor a partir de 1º de janeiro de 2018, mas não afetaram materialmente as demonstrações financeiras da Empresa.

Devido aos métodos de transição escolhidos na aplicação dessas normas, as informações comparativas dessas demonstrações financeiras não foram reapresentadas para refletir os requerimentos das novas normas, exceto pela apresentação separada de redução ao valor recuperável de contas a receber e ativos contratuais.

a. CPC 47/IFRS 15 Receita de contrato com cliente

O CPC 47/IFRS 15 estabelece uma estrutura abrangente para determinar se e quando uma receita é reconhecida e por quanto a receita é mensurada. Ele substituiu o CPC 30/IAS 18 - Receitas, o CPC 17/IAS 11- Contratos de Construção e interpretações relacionadas. De acordo com o CPC 47/IFRS 15, a receita é reconhecida quando o cliente obtém o controle dos bens ou serviços. Determinar o momento da transferência de controle - em um momento específico no tempo ou ao longo do tempo - requer julgamento.

A Empresa analisou e verificou que o método de reconhecimento já utilizado, reconhecimento na transferência de controle, se enquadra no CPC 47/IFRS 15, sendo assim, não haverá impactos materiais decorrentes da transição para o CPC 47/IFRS 15, tanto no exercício corrente como no anterior.

b. CPC 48/IFRS 9 Instrumentos Financeiros

O CPC 48/IFRS 9 estabelece requerimentos para reconhecer e mensurar ativos financeiros, passivos financeiros e alguns contratos de compra ou venda de itens não financeiros. Esta norma substituiu o CPC 38/IAS 39 Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração.

A Empresa adotou o CPC 48/IFRS 9, porém não foram identificados valores materiais.

Adicionalmente, a Empresa adotou as alterações consequentes ao CPC 40/IFRS 7 - Instrumentos Financeiros: Evidenciação, que são aplicadas às divulgações em 2018, mas que, em geral, não foram aplicadas à informação comparativa.

(i) Classificação e mensuração de ativos financeiros e passivos financeiros

O CPC 48/IFRS 9 contém três principais categorias de classificação para ativos financeiros: mensurados ao custo amortizado, VJORA e VJR. A classificação de ativos financeiros de acordo com o CPC 48/IFRS 9 é geralmente baseada no modelo de negócios no qual um ativo financeiro é gerenciado e em suas características de fluxos de caixa contratuais. O CPC 48/IFRS 9 elimina as categorias antigas do CPC 38/IAS 39 de títulos mantidos até o vencimento, empréstimos e recebíveis e disponíveis para venda. De acordo com o IFRS 9, os derivativos embutidos em que o contrato principal é um ativo financeiro no escopo da norma nunca são separados. Em vez disso, o instrumento financeiro híbrido é avaliado para classificação como um todo.

O CPC 48/IFRS 9 retém em grande parte os requerimentos existentes no CPC 38/IAS 39 para a classificação e mensuração de passivos financeiros.

A adoção da IFRS 9 não teve um efeito significativo nas políticas contábeis da Empresa relacionadas a passivos financeiros e instrumentos financeiros derivativos.

A tabela a seguir e as notas explicativas abaixo explicam as categorias de mensuração originais no CPC 38/IAS 39 e as novas categorias de mensuração do CPC 48/IFRS 9 para cada classe de ativos e passivos financeiros da Empresa em 1º de janeiro de 2018. O efeito da adoção do CPC 48/IFRS 9 sobre os valores contábeis dos ativos financeiros em 1º de janeiro de 2018 está relacionado apenas aos novos requerimentos de redução ao valor recuperável.

	Classificação original de acordo com o CPC 38/IAS 39	Nova classificação de acordo com o CPC 48/IFRS 9	Valor contábil original de acordo com o CPC 38/IAS 39	Novo valor contábil de acordo com o CPC 48/IFRS 9
Ativos financeiros				
Caixa e equivalentes de caixa	Valor justo por meio do resultado	Valor justo por meio do resultado	830	830
Contas a receber de clientes	Empréstimos e recebíveis	Custo amortizado	7.554	7.554
Outras contas a receber	Empréstimos e recebíveis	Custo amortizado	318	318
Total de ativos financeiros			8.702	8.702
Passivos financeiros				
Fornecedores	Custo amortizado	Custo amortizado	1.681	1.681
Empréstimos e financiamentos	Custo amortizado	Custo amortizado	2.712	2.712
Dividendos a pagar e JSCP	Custo amortizado	Custo amortizado	-	-
Outras contas a pagar	Custo amortizado	Custo amortizado	1.571	1.571
Partes relacionadas	Custo amortizado	Custo amortizado	5.139	5.139
Total de passivos financeiros			11.103	11.103

4 Principais políticas contábeis

A Empresa aplicou as políticas contábeis descritas abaixo de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras, salvo quando indicado ao contrário.

a. Moeda estrangeira

Transações em moeda estrangeira são convertidas para as respectivas moedas funcionais das entidades da Empresa pelas taxas de câmbio nas datas das transações.

Ativos e passivos monetários denominados e apurados em moedas estrangeiras na data do balanço são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio naquela data. Ativos e passivos não monetários que são mensurados pelo valor justo em moeda estrangeira são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio na data em que o valor justo foi determinado. Itens não monetários que são mensurados com base no custo histórico em moeda estrangeira são convertidos pela taxa de câmbio na data da transação. As diferenças de moedas estrangeiras resultantes da conversão são geralmente reconhecidas no resultado.

b. Receita de contrato com cliente

A Empresa adotou inicialmente o CPC 47/IFRS 15 a partir de 1º de janeiro de 2018. Não houve efeitos relevantes com a adoção do CPC 47 para a Empresa.

A receita é mensurada pelo valor que reflita a contraprestação à qual se espera ter direito e está baseada em um modelo de cinco etapas detalhadas a seguir: 1) identificação do contrato; 2) identificação das obrigações de desempenho; 3) determinação do preço da transação; 4) alocação do preço da transação às obrigações de desempenho; 5) reconhecimento da receita.

(i) Venda de bens

A receita é reconhecida quando os produtos são entregues e aceitos pelos clientes. Para contratos que permitem ao cliente devolver as mercadorias, a receita é reconhecida na medida em que seja altamente provável que uma reversão significativa no valor da receita acumulada reconhecida não ocorrerá. Portanto, o valor da receita reconhecida é ajustado para as devoluções esperadas, que são estimadas com base nos dados históricos para tipos específicos de produto. Nessas circunstâncias, um passivo de devolução e um direito de recuperar o ativo a ser devolvido são reconhecidos.

c. Benefícios a empregados

Benefícios de curto prazo a empregados

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são reconhecidas como despesas de pessoal conforme o serviço correspondente seja prestado. O passivo é reconhecido pelo montante que se espera que será pago se a Empresa tem uma obrigação legal ou construtiva presente de pagar esse montante em função de serviço passado prestado pelo empregado, e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável.

d. Receitas financeiras e despesas financeiras

As receitas e despesas financeiras da Empresa compreendem:

- receita de juros;
- despesa de juros; e
- ganhos/perdas líquidos de variação cambial sobre ativos e passivos financeiros.

A receita e a despesa de juros são reconhecidas no resultado pelo método de juros efetivos.

A 'taxa de juros efetiva' é a taxa que desconta exatamente os pagamentos ou recebimentos em caixa futuros estimados ao longo da vida esperada do instrumento financeiro ao:

- valor contábil bruto do ativo financeiro; ou
- ao custo amortizado do passivo financeiro.

No cálculo da receita ou da despesa de juros, a taxa de juros efetiva incide sobre o valor contábil bruto do ativo (quando o ativo não estiver com problemas de recuperação) ou ao custo amortizado do passivo. No entanto, a receita de juros é calculada por meio da aplicação da taxa de juros efetiva ao custo amortizado do ativo financeiro que apresenta problemas de recuperação depois do reconhecimento inicial. Caso o ativo não esteja mais com problemas de recuperação, o cálculo da receita de juros volta a ser feito com base no valor bruto.

e. Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real do exercício.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda e contribuição social correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à combinação de negócios ou a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

(i) Despesas de imposto de renda e contribuição social corrente

A despesa de imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber estimado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O montante dos impostos correntes a pagar ou a receber é reconhecido no balanço patrimonial como ativo ou passivo fiscal pela melhor estimativa do valor esperado dos impostos a serem pagos ou recebidos que reflete as incertezas relacionadas a sua apuração, se houver. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos decretadas na data do balanço.

Os ativos e passivos fiscais correntes são compensados somente se certos critérios forem atendidos.

(ii) Despesas de imposto de renda e contribuição social diferido

Ativos e passivos fiscais diferidos são reconhecidos com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins de demonstrações financeiras e os usados para fins de tributação. As mudanças dos ativos e passivos fiscais diferidos no exercício são reconhecidas como despesa de imposto de renda e contribuição social diferida. O imposto diferido não é reconhecido para:

- diferenças temporárias sobre o reconhecimento inicial de ativos e passivos em uma transação que não seja uma combinação de negócios e que não afete nem o lucro ou prejuízo tributável nem o resultado contábil; e

- diferenças temporárias relacionadas a investimentos em controladas, coligadas e empreendimentos sob controle conjunto, na extensão que
- a Empresa seja capaz de controlar o momento da reversão da diferença temporária e seja provável que a diferença temporária não será revertida em futuro previsível.

Um ativo fiscal diferido é reconhecido em relação aos prejuízos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados, na extensão em que seja provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis, contra os quais serão utilizados. Os lucros tributáveis futuros são determinados com base na reversão de diferenças temporárias tributáveis relevantes. Se o montante das diferenças temporárias tributáveis for insuficiente para reconhecer integralmente um ativo fiscal diferido, serão considerados os lucros tributáveis futuros, ajustados para as reversões das diferenças temporárias existentes, com base nos planos de negócios da controladora e de suas subsidiárias individualmente.

Ativos fiscais diferidos são revisados a cada data de balanço e são reduzidos na extensão em que sua realização não seja mais provável.

Ativos e passivos fiscais diferidos são mensurados com base nas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando elas forem revertidas, baseando-se nas alíquotas que foram decretadas até a data do balanço.

A mensuração dos ativos e passivos fiscais diferidos reflete as consequências tributárias decorrentes da maneira sob a qual a Empresa espera recuperar ou liquidar seus ativos e passivos.

Ativos e passivos fiscais diferidos são compensados somente se certos critérios forem atendidos.

f. Estoques

Os estoques são mensurados pelo menor valor entre o custo e o valor realizável líquido. O custo dos estoques é baseado no custo médio de aquisição, usando-se o método de Média Ponderada Móvel. O valor realizável líquido corresponde ao preço de vendas estimado no curso normal dos negócios, menos os custos estimados de execução e as despesas de vendas.

Os estoques compreendem produtos de fabricação própria ou adquiridos de terceiros, insumos, materiais de manutenção e de uso e consumo. No caso dos estoques manufaturados e produtos em elaboração, o custo inclui uma parcela dos custos gerais de fabricação baseado na capacidade operacional normal de operação.

g. Imobilizado

(iii) Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e quaisquer perdas acumuladas de redução ao valor recuperável (*impairment*).

Quando partes significativas de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens separados (componentes principais) de imobilizado.

Quaisquer ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são reconhecidos no resultado.

(iv) Depreciação

A depreciação é calculada para amortizar o custo de itens do ativo imobilizado, menos seus valores residuais estimados, utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens. A depreciação é geralmente reconhecida no resultado. Ativos arrendados são depreciados pelo menor período entre a vida útil estimada do bem e o prazo do contrato, a não ser que seja razoavelmente certo que a Empresa obterá a propriedade do bem ao final do prazo de arrendamento. Terrenos não sofrem depreciação.

As vidas úteis estimadas do ativo imobilizado são as seguintes:

Máquinas e equipamentos	10 - 25 anos
Edificações	25 - 60 anos
Móveis e utensílios	10 - 15 anos
Veículos	5 - 20 anos
Equipamentos de Informática	3 - 5 anos

h. Intangível

Ativos intangíveis que são adquiridos pela Empresa e que têm vidas úteis finitas são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável.

(i) Gastos subsequentes

Os gastos subsequentes são capitalizados somente quando eles aumentam os benefícios econômicos futuros incorporados ao ativo específico aos quais se relacionam. Todos os outros gastos, incluindo gastos com ágio gerado internamente e marcas e patentes, são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

(ii) Amortização

A amortização é calculada utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens, líquido de seus valores residuais estimados. A amortização é geralmente reconhecida no resultado.

A vida útil estimada do Direito de Uso é de 4 anos.

i. Provisões

As provisões são reconhecidas quando se tem uma obrigação presente, legal ou não formalizada, como resultado de eventos passados e é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor possa ser feita.

O valor reconhecido como provisão é a melhor estimativa das considerações requeridas para liquidar a obrigação no final de cada período de relatório, considerando-se os riscos e as incertezas relativos à obrigação. Quando a provisão é mensurada com base nos fluxos de caixa estimados para liquidar a obrigação, seu valor contábil corresponde ao valor presente desses fluxos de caixa (em que o efeito do valor temporal do dinheiro é relevante).

j. Instrumentos financeiros

(iii) Reconhecimento e mensuração inicial

O contas a receber de clientes e os títulos de dívida emitidos são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Empresa se tornar parte das disposições contratuais do instrumento.

Um ativo financeiro (a menos que seja um contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, acrescido, para um item não mensurado ao VJR, os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação.

(iv) Classificação e mensuração subsequente

Instrumentos Financeiros - Política aplicável a partir de 1º de Janeiro de 2018

No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado; ao VJORA - instrumento de dívida; ao VJORA -instrumento patrimonial; ou ao VJR.

Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Empresa mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios.

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e
- seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Um instrumento de dívida é mensurado ao VJORA se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros; e
- seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

No reconhecimento inicial de um investimento em um instrumento patrimonial que não seja mantido para negociação, a Empresa pode optar irrevogavelmente por apresentar alterações subsequentes no valor justo do investimento em ORA. Essa escolha é feita investimento por investimento.

Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJORA, conforme descrito acima, são classificados como ao VJR. No reconhecimento inicial, a Empresa pode designar de forma irrevogável um ativo financeiro que de outra forma atenda os requisitos para ser mensurado ao custo amortizado ou ao VJORA como ao VJR se isso eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil que de outra forma surgiria.

Ativos financeiros - Avaliação do modelo de negócio: política aplicável a partir de 1º de janeiro de 2018

A Empresa realiza uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira porque isso reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas à Administração. As informações consideradas incluem:

- as políticas e objetivos estipulados para a carteira e o funcionamento prático dessas políticas. Eles incluem a questão de saber se a estratégia da Administração tem como foco a obtenção de receitas de juros contratuais, a manutenção de um determinado perfil de taxa de juros, a correspondência entre a duração dos ativos financeiros e a duração de passivos relacionados ou saídas esperadas de caixa, ou a realização de fluxos de caixa por meio da venda de ativos;
- como o desempenho da carteira é avaliado e reportado à Administração da Empresa;
- os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios (e o ativo financeiro mantido naquele modelo de negócios) e a maneira como aqueles riscos são gerenciados;
- como os gerentes do negócio são remunerados - por exemplo, se a remuneração é baseada no valor justo dos ativos geridos ou nos fluxos de caixa contratuais obtidos; e
- a frequência, o volume e o momento das vendas de ativos financeiros nos períodos anteriores, os motivos de tais vendas e suas expectativas sobre vendas futuras.

As transferências de ativos financeiros para terceiros em transações que não se qualificam para o desreconhecimento não são consideradas vendas, de maneira consistente com o reconhecimento contínuo dos ativos da Empresa.

Os ativos financeiros mantidos para negociação ou gerenciados com desempenho avaliado com base no valor justo são mensurados ao valor justo por meio do resultado.

Ativos financeiros - avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e de juros: Política aplicável a partir de 1º de janeiro de 2018

Para fins dessa avaliação, o ‘principal’ é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os ‘juros’ são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período de tempo e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro.

A Empresa considera os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenderia essa condição. Ao fazer essa avaliação, a Empresa considera:

- eventos contingentes que modifiquem o valor ou o a época dos fluxos de caixa;
- termos que possam ajustar a taxa contratual, incluindo taxas variáveis;
- o pré-pagamento e a prorrogação do prazo; e
- os termos que limitam o acesso da Empresa a fluxos de caixa de ativos específicos (por exemplo, baseados na performance de um ativo).

O pagamento antecipado é consistente com o critério de pagamentos do principal e juros caso o valor do pré-pagamento represente, em sua maior parte, valores não pagos do principal e de juros sobre o valor do principal pendente - o que pode incluir uma compensação adicional razoável pela rescisão antecipada do contrato. Além disso, com relação a um ativo financeiro adquirido por um valor menor ou maior do que o valor nominal do contrato, a permissão ou a exigência de pré-pagamento por um valor que represente o valor nominal do contrato mais os juros contratuais (que também pode incluir compensação adicional razoável pela rescisão antecipada do contrato) acumulados (mas não pagos) são tratadas como consistentes com esse critério se o valor justo do pré-pagamento for insignificante no reconhecimento inicial.

Ativos financeiros - Mensuração subsequente e ganhos e perdas: Política aplicável a partir de 1º de janeiro de 2018

Ativos financeiros a VJR	Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado.
Ativos financeiros a custo amortizado	Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por impairment. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o impairment são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.
Instrumentos de dívida a VJORA	Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. A receita de juros calculada utilizando o método de juros efetivos, ganhos e perdas cambiais e impairment são reconhecidos no resultado. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA. No desreconhecimento, o resultado acumulado em ORA é reclassificado para o resultado.
Instrumentos patrimoniais a VJORA	Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. Os dividendos são reconhecidos como ganho no resultado, a menos que o dividendo represente claramente uma recuperação de parte do custo do investimento. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA e nunca são reclassificados para o resultado.

Ativos financeiros - Política aplicável antes de 1 de janeiro de 2018

A Empresa classificou os ativos financeiros nas seguintes categorias:

- empréstimos e recebíveis;
- ativos financeiros mantidos até o vencimento;
- ativos financeiros disponíveis para venda; e
- ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado, e dentro dessa categoria como:
 - ativos financeiros mantidos para negociação;
 - ativos financeiros designados ao valor justo por meio do resultado.

Ativos financeiros - Mensuração subsequente e ganhos e perdas: Política aplicável antes de 1 de janeiro de 2018

Ativos financeiros a VJR	Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado.
Ativos financeiros mantidos até o vencimento	Mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos.
Empréstimos e recebíveis	Mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos.
Ativos financeiros mantidos para venda	Mensurados ao valor justo e as variações no valor justo, exceto as perdas por impairment, juros e diferenças cambiais sobre os instrumentos de dívida, foram reconhecidas em ORA e acumuladas na reserva de valor justo. Quando esses ativos foram desreconhecidos, os ganhos e perdas acumulados no patrimônio líquido foram reclassificados para o resultado.

Passivos financeiros - classificação, mensuração subsequente e ganhos e perdas

Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJR. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso for classificado como mantido para negociação, for um derivativo ou for designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao VJR são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado.

(v) Desreconhecimento

Ativos financeiros

A Empresa desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Empresa transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual a Empresa nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro.

A Empresa realiza transações em que transfere ativos reconhecidos no balanço patrimonial, mas mantém todos ou substancialmente todos os riscos e benefícios dos ativos transferidos. Nesses casos, os ativos financeiros não são desreconhecidos.

Passivos financeiros

A Empresa desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. A Empresa também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo.

No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado.

k. Redução ao valor recuperável (*Impairment*)

(vi) Ativos financeiros não-derivativos

Política aplicável a partir de 1º de Janeiro de 2018

Instrumentos financeiros

A Empresa reconhece provisões para perdas esperadas de crédito sobre:

- ativos financeiros mensurados ao custo amortizado;

A Empresa mensura a provisão para perda em um montante igual à perda de crédito esperada para a vida inteira, exceto para os itens descritos abaixo, que são mensurados como perda de crédito esperada para 12 meses:

- títulos de dívida com baixo risco de crédito na data do balanço; e
- outros títulos de dívida e saldos bancários para os quais o risco de crédito (ou seja, o risco de inadimplência ao longo da vida esperada do instrumento financeiro) não tenha aumentado significativamente desde o reconhecimento inicial.

As provisões para perdas com contas a receber de clientes e ativos de contrato são mensuradas a um valor igual à perda de crédito esperada para a vida inteira do instrumento.

Ao determinar se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial e ao estimar as perdas de crédito esperadas, a Empresa considera informações razoáveis e passíveis de suporte que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo. Isso inclui informações e análises quantitativas e qualitativas, com base na experiência histórica da Empresa, na avaliação de crédito e considerando informações prospectivas (*forward-looking*).

A Empresa presume que o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente se este estiver com mais de 90 dias de atraso.

A Empresa considera um ativo financeiro como inadimplente quando:

- é pouco provável que o devedor pague integralmente suas obrigações de crédito à Empresa, sem recorrer a ações como a realização da garantia (se houver alguma); ou
- o ativo financeiro estiver vencido há mais de 90 dias.
- As perdas de crédito esperadas para a vida inteira são as perdas esperadas com crédito que resultam de todos os possíveis eventos de inadimplemento ao longo da vida esperada do instrumento financeiro.
- As perdas de crédito esperadas para 12 meses são perdas de crédito que resultam de possíveis eventos de inadimplência dentro de 12 meses após a data do balanço (ou em um período mais curto, caso a vida esperada do instrumento seja menor do que 12 meses).

O período máximo considerado na estimativa de perda de crédito esperada é o período contratual máximo durante o qual a Empresa está exposta ao risco de crédito.

Mensuração das perdas de crédito esperada

As perdas de crédito esperadas são estimativas ponderadas pela probabilidade de perdas de crédito. As perdas de crédito são mensuradas a valor presente com base em todas as insuficiências de caixa (ou seja, a diferença entre os fluxos de caixa devidos à Empresa de acordo com o contrato e os fluxos de caixa que a Empresa espera receber).

As perdas de crédito esperadas são descontadas pela taxa de juros efetiva do ativo financeiro.

Ativos financeiros com problemas de recuperação

Em cada data de balanço, a Empresa avalia se os ativos financeiros contabilizados pelo custo amortizado e os títulos de dívida mensurados ao VJR estão com problemas de recuperação. Um ativo financeiro possui "problemas de recuperação" quando ocorrem um ou mais eventos com impacto prejudicial nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro.

Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram problemas de recuperação inclui os seguintes dados observáveis:

- dificuldades financeiras significativas do emissor ou do mutuário;
- quebra de cláusulas contratuais, tais como inadimplência ou atraso de mais de 90 dias;
- reestruturação de um valor devido à Empresa em condições que não seriam aceitas em condições normais;
- a probabilidade que o devedor entrará em falência ou passará por outro tipo de reorganização financeira; ou
- o desaparecimento de mercado ativo para o título por causa de dificuldades financeiras.

Apresentação da provisão para perdas de crédito esperadas no balanço patrimonial

A provisão para perdas para ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado é deduzida do valor contábil bruto dos ativos.

Baixa

O valor contábil bruto de um ativo financeiro é baixado quando a Empresa não tem expectativa razoável de recuperar o ativo financeiro em sua totalidade ou em parte. Com relação a clientes individuais, a Empresa adota a política de baixar o valor contábil bruto quando o ativo financeiro está vencido há 180 dias com base na experiência histórica de recuperação de ativos similares. Com relação a clientes corporativos, a Empresa faz uma avaliação individual sobre a época e o valor da baixa com base na existência ou não de expectativa razoável de recuperação. A Empresa não espera nenhuma recuperação significativa do valor baixado. No entanto, os ativos financeiros baixados podem ainda estar sujeitos à execução de crédito para o cumprimento dos procedimentos da Empresa para a recuperação dos valores devidos.

Política aplicável antes de 1º de Janeiro de 2018

Ativos financeiros não derivativos

Ativos financeiros não classificados como ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado eram avaliados em cada data de balanço para determinar se havia evidência objetiva de perda por redução ao valor recuperável.

Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram perda de valor incluía:

- inadimplência ou atrasos do devedor;
- reestruturação de um valor devido à Empresa em condições que não seriam aceitas em condições normais;
- indicativos de que o devedor ou emissor irá entrar em falência/recuperação judicial;
- mudanças negativas na situação de pagamentos dos devedores ou emissores;
- o desaparecimento de mercado ativo para o título por causa de dificuldades financeiras; ou
- dados observáveis indicando que houve um declínio na mensuração dos fluxos de caixa esperados de um grupo de ativos financeiros.

(vii) Ativos não financeiros

Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Empresa, que não estoques e ativos fiscais diferidos, são revistos a cada data de balanço para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é estimado. No caso do ágio, o valor recuperável é testado anualmente.

Para testes de redução ao valor recuperável, os ativos são agrupados em Unidades Geradoras de Caixa (UGC), ou seja, no menor grupo possível de ativos que gera entradas de caixa pelo seu uso contínuo, entradas essas que são em grande parte independentes das entradas de caixa de outros ativos ou UGCs. O ágio de combinações de negócios é alocado às UGCs ou grupos de UGCs que se espera que irão se beneficiar das sinergias da combinação.

O valor recuperável de um ativo ou UGC é o maior entre o seu valor em uso e o seu valor justo menos custos para vender. O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados a valor presente usando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo ou da UGC.

Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou UGC exceder o seu valor recuperável.

Perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas no resultado. Perdas reconhecidas referentes às UGCs são inicialmente alocadas para redução de qualquer ágio alocado a esta UGC (ou grupo de UGCs), e então para redução do valor contábil dos outros ativos da UGC (ou grupo de UGCs) de forma pro rata.

Uma perda por redução ao valor recuperável relacionada ao ágio não é revertida. Quanto aos demais ativos, as perdas por redução ao valor recuperável são revertidas somente na

extensão em que o novo valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida.

l. Provisões

As provisões são reconhecidas quando se tem uma obrigação presente, legal ou não formalizada, como resultado de eventos passados e é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor possa ser feita.

As provisões são determinadas por meio do desconto dos fluxos de caixa futuros estimados a uma taxa antes de impostos que reflita as avaliações atuais de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e riscos específicos para o passivo relacionado. Os efeitos do desreconhecimento do desconto pela passagem do tempo são reconhecidos no resultado como despesa financeira

m. Arrendamentos

(i) *Determinando quando um contrato contém um arrendamento*

No início do contrato, a Empresa determina se ele é ou contém um arrendamento.

No início ou na reavaliação sobre se um contrato contém um arrendamento, a Empresa separa os pagamentos e outras contraprestações requeridas pelo contrato referentes ao arrendamento daquelas referentes aos outros elementos do contrato com base no valor justo relativo de cada elemento. Se a Empresa conclui, para um arrendamento financeiro, que é impraticável separar os pagamentos de forma confiável, então o ativo e o passivo são reconhecidos por um montante igual ao valor justo do ativo; subsequentemente, o passivo é reduzido quando os pagamentos são efetuados e o custo financeiro associado ao passivo é reconhecido utilizando a taxa de captação incremental da Empresa.

(ii) *Ativos arrendados*

Arrendamentos de ativo imobilizado que transferem para a Empresa substancialmente todos os riscos e benefícios de propriedade são classificados como arrendamentos financeiros. No reconhecimento inicial, o ativo arrendado é mensurado por montante igual ao menor entre o seu valor justo e o valor presente dos pagamentos mínimos do arrendamento. Após o reconhecimento inicial, o ativo é contabilizado de acordo com a política contábil aplicável ao ativo.

Os ativos mantidos sob outros arrendamentos são classificados como arrendamentos operacionais e não são reconhecidos no balanço patrimonial da Empresa.

(iii) *Pagamentos de arrendamentos*

Os pagamentos para arrendamentos operacionais são reconhecidos no resultado pelo método linear pelo prazo do arrendamento. Os incentivos recebidos são reconhecidos como parte integrante das despesas totais de arrendamento, ao longo da vigência do arrendamento.

Os pagamentos mínimos de arrendamento efetuados sob arrendamentos financeiros são alocados como despesas financeiras e redução do passivo a pagar. As despesas financeiras são alocadas em cada período durante o prazo do arrendamento visando produzir uma taxa periódica constante de juros sobre o saldo remanescente do passivo.

4.1 Novas normas e interpretações ainda não efetivas

Uma série de novas normas serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2018. A Empresa não adotou essas alterações na preparação destas demonstrações financeiras.

Entre as normas que ainda não estão em vigor, espera-se que o CPC 06 (R2)/IFRS 16 não tenha impacto material nas demonstrações financeiras da Empresa no período de aplicação inicial.

a. CPC 06 (R2)/IFRS 16 - Arrendamentos

A Empresa deverá adotar o CPC 06(R2)/IFRS 16 - Arrendamentos a partir de 1º de janeiro de 2019. A Administração avaliou o potencial impacto que a aplicação inicial do CPC 06 (R2)/IFRS 16 terá sobre as demonstrações financeiras consolidadas, conforme descrito abaixo. Os impactos reais da adoção da norma a partir de 1º de janeiro de 2019 poderão mudar porque:

- A Empresa não finalizou o teste e a avaliação dos controles sobre os novos sistemas de TI; e
- as novas políticas contábeis estão sujeitas à mudança até que a Empresa apresente suas primeiras demonstrações financeiras que incluam a data da aplicação inicial.

O CPC 06 (R2)/IFRS 16 introduz um modelo único de contabilização de arrendamentos no balanço patrimonial para arrendatários. Um arrendatário reconhece um ativo de direito de uso que representa o seu direito de utilizar o ativo arrendado e um passivo de arrendamento que representa a sua obrigação de efetuar pagamentos do arrendamento. Isenções estão disponíveis para arrendamentos de curto prazo e itens de baixo valor. A contabilidade do arrendador permanece semelhante à norma atual, isto é, os arrendadores continuam a classificar os arrendamentos em financeiros ou operacionais.

O CPC 06 (R2)/IFRS 16 substitui as normas de arrendamento existentes, incluindo o CPC 06/IAS 17 Operações de Arrendamento Mercantil e o ICPC 03/IFRIC 4, SIC 15 e SIC 27 Aspectos Complementares das Operações de Arrendamento Mercantil.

(i) Transição

A Empresa pretende aplicar o CPC 06(R2)/IFRS 16 inicialmente em 1º de janeiro de 2019, utilizando a abordagem retrospectiva modificada. Portanto, o efeito cumulativo da adoção do CPC 06(R2)/IFRS 16 será reconhecido como um ajuste no saldo de abertura dos lucros acumulados em 1º de janeiro de 2019, sem atualização das informações comparativas.

A Empresa planeja aplicar o expediente prático com relação à definição de contrato de arrendamento na transição. Isso significa que aplicará o CPC 06(R2)/IFRS 16 a todos os contratos celebrados antes de 1º de janeiro de 2019 que eram identificados como arrendamentos de acordo com o CPC 06(R1)/IAS 17 e a ICPC 03/IFRIC 4.

Com base na sua avaliação, a Administração não considera que os novos requerimentos de classificação terão um impacto significativo.

b. Outras normas

As seguintes normas alteradas e interpretações não deverão ter um impacto significativo nas demonstrações financeiras consolidadas da Empresa.

- IFRIC 23/ICPC 22 Incerteza sobre Tratamentos de Tributos sobre o Lucro.
- Características de Pré-Pagamento com Remuneração Negativa (Alterações na IFRS 9).
- Investimento em Coligada, em Controlada e em Empreendimento Controlado em Conjunto (Alterações no CPC 18(R2)/IAS 28).
- Alterações no Plano, Reduções ou Liquidação do Plano (Alterações no CPC 33/IAS 19).
- Ciclo de melhorias anuais nas normas IFRS 2015-2017 - várias normas.
- Alterações nas referências à estrutura conceitual nas normas IFRS.
- IFRS 17 Contratos de Seguros

5 Caixa e equivalentes de caixa

	2018	2017 (não auditado)
Caixa	10	10
Bancos conta movimento	109	109
Aplicação financeira de liquidez imediata	712	755
	<u>830</u>	<u>874</u>

As aplicações financeiras referem-se substancialmente a aplicações em títulos de renda fixa, com taxa de remuneração atrelada à aproximadamente 100% do CDI (100% do CDI em 2017).

6 Contas a receber de clientes

	2018	2017 (não auditado)
Contas a receber de clientes	5.531	5.014
Partes Relacionadas	2.224	
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	(201)	(123)
	<u>7.554</u>	<u>4.892</u>

Os saldos de partes relacionadas estão demonstrados na nota explicativa 23.

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, a abertura das contas a receber por idade de vencimento era composta como segue:

	2018	2017 (não auditado)
A vencer	5.145	3.665
Vencidos até 30 dias	1.598	947
Vencidos de 31 até 60 dias	462	21
Vencidos de 61 até 90 dias	350	259
Acima de 91 dias	201	123
	<u>7.755</u>	<u>5.014</u>

A movimentação da perdas de crédito esperadas é apresentada a seguir:

Saldo em 31 de dezembro de 2017 (não auditado)	(123)
Adições	(78)
Saldo em 31 de dezembro de 2018	(201)

A Empresa adotou o cálculo da perda esperada do contas a receber com base na elaboração de uma “matriz de provisão”, levando em conta dados históricos de inadimplência que definiram um percentual de provisionamento para cada faixa de vencimento da carteira de recebíveis, além do percentual de perdas esperadas de acordo com projeções macroeconômicas. O aging list reflete a data original de cada título, não havendo alteração das datas originais dos títulos vencidos, que foram renegociados.

7 Estoques

	2018	2017 (não auditado)
Produtos em processo	3.237	3.966
Almoxarifado	986	765
Matérias primas	860	670
Produtos acabados	558	354
	5.641	5.755

A Empresa registra provisão para perdas de estoques quando tem indicativos de que o valor de custo dos estoques é superior ao seu valor recuperável. A análise realizada pela Administração leva em consideração o tempo em que esses estoques encontram-se na Empresa, assim como a possibilidade de recuperação dos mesmos. A Empresa efetuou a avaliação da necessidade de provisão para perda de estoque e não identificou necessidade de provisão.

8 Impostos a recuperar

	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u> (não auditado)
IR/CS corrente	1.079	754
ICMS	1.921	1.729
PIS	23	1
COFINS	104	4
INSS	7	3
Outros impostos	9	19
	<u>3.143</u>	<u>2.510</u>
Circulante	3.101	2.443
Não circulante	42	67

9 Imobilizado

Descrição	2018			2017	
	Custo Histórico	Depreciação acumulada	Líquido	Líquido (não auditado)	
Terrenos	766	-	766	766	
Máquinas e Equipamentos	7.619	(4.370)	3.249	3.475	
Móveis e Utensílios	87	(43)	44	40	
Veículos	15.747	(2.648)	13.099	13.558	
Equipamentos de Informática	337	(114)	222	153	
Imobilização em andamento	487	-	487	329	
Edificações e Construções	9.195	(1.902)	7.294	7.447	
Total do imobilizado	34.238	(9.077)	25.161	25.768	
Descrição	2017	Adições	Baixas	Transf.	2018
Custo Imobilizado (não auditado)					
Terrenos	766	-	-	-	766
Máquinas e Equipamentos	7.476	143	-	-	7.619
Móveis e Utensílios	80	7	-	-	87
Veículos	15.288	459	-	-	15.747
Equipamentos de Informática	231	106	-	-	337
Imobilização em andamento	329	158	-	-	487
Edificações e Construções	9.195	-	-	-	9.195
Total Imobilizado	33.365	873	-	-	34.238
Depreciação					
Máquinas e Equipamentos	(4.001)	(369)	-	-	(4.370)
Móveis e Utensílios	(39)	(4)	-	-	(43)
Veículos	(1.882)	(766)	-	-	(2.648)
Equipamentos de Informática	(78)	(36)	-	-	(114)
Edificações e Construções	(1.749)	(154)	-	-	(1.903)
Total Dep.Acum. Imob.	(7.749)	(1.329)	-	-	(9.078)
	25.616	(456)	-	-	25.161

A Empresa concede máquinas, equipamentos e veículos financiados como garantias para os contratos de leasing e Finame.

Em 2018, a Empresa efetuou a avaliação sobre a constituição de *impairment* e não identificou necessidade de provisão.

10 Intangível

Descrição	2018	Amortização acumulada	Líquido	2017
	Custo Histórico			Líquido (não auditado)
Direitos minerários	37	(7)	30	6
Direitos de uso	1.721	-	1.721	1.557
Total do imobilizado	1.758	(7)	1.751	1.562

11 Fornecedores

	2018	2017 (não auditado)
Fornecedores - mercadorias e serviços	1.540	1.314
Fornecedores - matéria prima	67	131
Fornecedores - partes relacionadas	49	-
Outros fornecedores	25	-
	1.681	1.445

12 Empréstimos e financiamentos

		2018	2017 (não auditado)
Passivo circulante			
Leasing	Taxa média de CDI + 0,533%	1.878	1.736
Finame	TJLP/Selic - 6%aa	132	119
		2.010	1.855
Passivo não circulante			
Leasing	Taxa média de CDI + 0,533%	467	1.475
Finame	TJLP/Selic - 6%aa	235	366
		702	1.841
		2.712	3.696

Os empréstimos e financiamentos da Empresa são garantidos por avais e não possuem covenants atrelados. Os contratos de leasing e FINAME firmados pela Empresa são garantidos pelas máquinas, equipamentos e veículos financiados.

O cronograma de amortização dos empréstimos e financiamentos é como segue:

	2018	2017 (não auditado)
2018	-	1.855
2019	2.010	1.368
2020	604	384
2021	98	89
	<u>2.712</u>	<u>3.696</u>

13 Impostos a pagar

	2018	2017 (não auditado)
COFINS	169	150
ICMS	132	168
PIS	37	33
Outros	89	75
	<u>427</u>	<u>426</u>
Circulante	221	300
Não circulante	206	126

14 Salários e encargos

	2018	2017 (não auditado)
Férias	370	424
Remuneração	160	175
INSS	172	131
FGTS	32	35
	<u>734</u>	<u>765</u>

15 Provisão para contingências

	2017 (não auditado)	Adições	Baixas	2018
Provisão ambiental	13.303	489		13.791
Provisão cível	3.735		(128)	3.607
	<u>17.038</u>	<u>489</u>	<u>(128)</u>	<u>17.398</u>

A provisão foi constituída considerando o julgamento dos assessores legais e da Administração para os processos cuja expectativa de perda foi realizada como provável. A Administração,

baseada na opinião de seus advogados, acredita que o montante de provisão é suficiente para cobrir perdas prováveis e razoavelmente estimáveis decorrentes de decisões desfavoráveis.

Processos em andamento sem provisão para contingência registrada

A Empresa é parte em outros processos para os quais a Administração, com base em informações de seus assessores jurídicos e análise das demandas judiciais pendentes, não constituiu provisão para contingências, uma vez que a probabilidade de perda de tais processos foram consideradas como possíveis. Esses processos são relacionados principalmente a causas cíveis e montam um total de R\$ 6.389 mil (R\$ 394 mil em 2017).

16 Patrimônio líquido

a. Capital social

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, o capital da Empresa é de R\$32.622 dividido em 32.622.029 quotas do valor nominal de R\$1,00 (um real) cada uma, totalmente subscritas e integralizadas, em moeda corrente nacional, estando assim distribuídas entre os quotistas:

Sócios	2018 e 2017	
	Quotas	Valor
Ivone Barbosa Silva	31.950.519	31.950
Fiebig Participações Ltda.	671.510	672
Total	<u>32.622.029</u>	<u>32.622</u>

17 Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido

(a) Composição dos tributos diferidos

	2018	2017 (não auditado)
Ativos fiscais diferidos		
Provisão para contingências	977	977
Provisão para devedores duvidosos	68	42
Provisão Tac Barragem	4.604	4.438
	<u>5.650</u>	<u>5.457</u>
Passivos fiscais diferidos		
Baixa Impairment	(456)	(456)
Parcelas Leasing	(1.070)	(449)
	<u>(1.526)</u>	<u>(905)</u>
Efeito líquido	<u>4.123</u>	<u>4.552</u>

	2018	2017 (não auditado)
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	2.239	(84)
Adições	1.337	1.648
(-) Exclusões	(2.152)	(2.620)
Compensação prejuízo fiscal - 30%	(428)	(192)
Base de cálculo	996	(1.248)
Contribuição social - 9%	90	67
Imposto de renda - 15%	150	21
Imposto de renda - adicional - 10%	76	40
(-) Compensação PAT	(9)	(2)
Total de despesas imposto de renda e contribuição social	(307)	(126)

(b) Conciliação da despesa do imposto de renda e da contribuição social

Os valores do imposto de renda e contribuição social demonstrados no resultado apresentam a seguinte reconciliação em seus valores à alíquota nominal:

	2018
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	2.239
IRPJ e CSLL apurados com base nas alíquotas nominais – 34%	762
Doações	(16)
Outros	135
IRPJ e CSLL no resultado do exercício - corrente	307
IRPJ e CSLL no resultado do exercício - diferido	429

18 Receita

	2018	2017 (não auditado)
Receita bruta de vendas	32.630	30.131
Menos:		
Impostos sobre vendas	(3.403)	(3.472)
Devoluções e abatimentos	(166)	(45)
Receita operacional líquida	29.061	26.614

19 Custo das vendas

	2018	2017 (não auditado)
Custos de produção - Matéria prima	(8.506)	(10.540)
Gastos Gerais de Fabricação	(9.718)	(7.839)
Materiais de embalagem	(1.286)	(912)
Outros	(674)	-
	<u>(20.184)</u>	<u>(19.291)</u>

20 Despesas de vendas

	2018	2017 (não auditado)
Frete	(3.176)	(2.015)
Comissão de vendas	(46)	(55)
Aduaneira	(31)	(34)
Serviços de terceiros	(31)	(32)
Outros	(277)	(243)
	<u>(3.561)</u>	<u>(2.379)</u>

21 Despesas administrativas

	2018	2017 (não auditado)
Serviços de terceiros	(605)	(500)
Remuneração	(31)	(34)
Rateio despesas administrativas	(475)	(201)
Encargos sociais	(316)	(508)
Benefícios	(13)	(13)
Materiais de expediente	(3)	(4)
Manutenção de imóveis	(519)	(491)
Outras despesas	(241)	(549)
	<u>(2.203)</u>	<u>(2.300)</u>

22 Resultado financeiro

	2018	2017 (não auditado)
Juros ativos	153	18
Ganho em aplicações financeiras	36	16
Ganho de variação cambial líquida	225	43
Desconto obtidos	23	45
Receitas financeiras	438	122
Tarifas bancárias e despesas bancárias	(99)	(116)
Juros sobre financiamento	(373)	(136)
Desconto concedido	-	-
Juros de mora	(1)	0,03
Encargos financeiros	(637)	(574)
Juros sobre parcelamento	-	(81)
Perda de variação cambial líquida	(6)	(917)
Despesas financeiras	(1.115)	(1.824)
Despesas financeiras, líquidas	(677)	(1.702)

23 Partes relacionadas

	Ativo	Passivo		Resultado
	2018	2018	2017 (não auditado)	2018
Contas a receber (i)				
BAUMINAS Química N/NE Ltda.	1.776			12.286
BAUMINAS Química S.A.	213			2.673
BAUMINAS Química Sul Ltda.	43			217
Guaíba Química Indústria e Comércio Ltda.	192			
Fornecedores				
BAUMINAS		49		
Empréstimos				
BAUMINAS Log e Transporte S.A.		3.422		
Empréstimos				
BAUMINAS Química N/NE Ltda.		1.717	619	
Total	2.224	5.188	619	15.176

(i) Saldos apresentados na rubrica de “Contas a Receber de clientes” (nota 6).

24 Instrumentos financeiros

	Nota	2018	2017 (não auditado)
Ativos financeiros			
Caixa e equivalente de caixa	5	830	874
Contas a receber de clientes	6	7.554	4.892
Outras contas a receber		318	512
Passivos financeiros			
Fornecedores	11	1.681	1.445
Empréstimos e financiamentos	12	2.712	3.696
Empréstimos com partes relacionadas	23	5.139	619
Outras contas a pagar		1.571	1.753

Os valores mencionados acima aproximam-se dos valores de realização.

A política da Diretoria é manter uma sólida base de capital para manter a confiança do investidor, credor e mercado e manter o desenvolvimento futuro do negócio. A diretoria monitora o retorno de capital e também o nível de dividendos para os cotistas.

A Diretoria procura manter um equilíbrio entre os mais altos retornos possíveis com níveis mais adequados de empréstimos e as vantagens e a segurança proporcionada por uma posição de capital saudável.

a. Gerenciamento dos riscos financeiros

A Empresa possui exposição para os seguintes riscos resultantes de instrumentos financeiros:

- Risco de crédito;
- Risco de liquidez;
- Risco de mercado; e
- Risco operacional.

Estrutura de gerenciamento de risco

As políticas de gerenciamento de risco da Empresa são estabelecidas para identificar e analisar os riscos aos quais a Empresa está exposta, para definir limites de riscos e controles apropriados, e para monitorar os riscos e a aderência aos limites definidos. As políticas de gerenciamento de risco e os sistemas são revisados regularmente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas atividades da Empresa. A Empresa através de suas normas e procedimentos de treinamento e gerenciamento, busca manter um ambiente de disciplina e controle no qual todos os funcionários tenham consciência de suas atribuições e obrigações.

(ii) *Riscos de crédito*

Risco de crédito é o risco da Empresa incorrer em perdas financeiras caso um cliente ou de uma contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais. Esse risco é principalmente proveniente das contas a receber de clientes e de instrumentos financeiros da Empresa.

Contas a receber e outros recebíveis

A exposição da Empresa a risco de crédito é influenciada principalmente pelas características individuais de cada cliente. Contudo, a administração também considera os fatores que podem influenciar o risco de crédito da sua base de clientes, incluindo o risco de não pagamento da indústria e do país no qual o cliente opera.

O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima ao risco de crédito.

(iii) *Risco de liquidez*

Risco de liquidez é o risco de que a Empresa irá encontrar dificuldades em cumprir as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos em caixa ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Empresa na administração da liquidez é de garantir, na medida do possível, que sempre terá liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações no vencimento, tanto em condições normais como de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou risco de prejudicar a reputação da Empresa.

A Empresa utiliza o custeio baseado em atividades para precificar seus produtos e serviços, que auxilia no monitoramento de exigências de fluxo de caixa e na otimização de seu retorno de caixa sobre investimentos.

A análise dos vencimentos dos fluxos de caixa contratuais dos empréstimos em 31 de dezembro de 2018 é como segue:

	2019	2020	2021	Total
Empréstimos	2.010	604	98	2.712

(iv) *Risco de mercado*

É o risco de que o valor justo ou os fluxos de caixa futuros de determinado instrumento financeiro oscilem devido às variações nas taxas de juros e cambial. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercados, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno.

Os instrumentos financeiros da Empresa que são afetados pelo risco de mercado incluem: equivalentes de caixa, contas a receber e empréstimos.

- **Risco de taxa de juros** - risco de taxa de juros é o risco de que o valor justo ou os fluxos de caixa futuros de determinado instrumento financeiro flutuem devido a variações nas taxas de juros de mercado.

A Empresa utiliza os recursos gerados pelas atividades operacionais para gerir as suas operações. Para complementar sua necessidade de caixa para crescimento, a Empresa obtém

empréstimos, indexados à variação do CDI e TJLP. O risco inerente surge da possibilidade de existirem flutuações relevantes no CDI e TJLP.

Como estratégia de gerenciamento do risco de taxa de juros, a Administração mantém contínuo monitoramento das taxas mencionadas. Adicionalmente, quase a totalidade do saldo de caixa e equivalentes de caixa da Empresa é também indexada à variação do CDI.

- **Risco cambial** - A Empresa está exposta ao risco cambial decorrente de diferenças entre as moedas nas quais as vendas, compras e empréstimos são denominados, e as respectivas moedas funcionais da Empresa. A moeda funcional da Empresa é o Real (R\$). As moedas nas quais essas transações são primariamente denominadas são: R\$ e USD.

(v) *Análise de sensibilidade*

Não há política de gestão de risco de taxa de câmbio no que diz respeito à contratação de derivativos para gestão do risco de taxa de câmbio.

A exposição é controlada através de atenção à política de preços de venda praticada levando em consideração a necessidade de repasse do custo pela elevação da taxa do Dólar ao mercado.

Essa visão da política de gestão de preços de venda considerando o risco de taxa de câmbio procura minimizar a volatilidade e os impactos no resultado final da empresa.

A empresa adquire parte substancial de sua matéria-prima junto a fornecedores estrangeiros.

Como forma de mitigar o risco, a Empresa realiza o pagamento de suas compras com prazos de pagamento bastante curtos.

(vi) *Risco operacional*

Risco Operacional é o risco de prejuízos diretos ou indiretos decorrentes de uma variedade de causas associadas a processos, pessoal, tecnologia, infraestrutura da Empresa e de fatores externos, exceto riscos de crédito, mercado e liquidez, como aqueles decorrentes de exigências legais e regulatórias e de padrões geralmente aceitos de comportamento empresarial. O objetivo da Empresa é administrar o risco operacional para evitar a ocorrência de prejuízos financeiros e danos à reputação da Empresa.

* * *

Diretoria

José Heitor Leonardo
Diretor Administrativo Financeiro

Responsável Técnico

Marcio Eduardo Garcia Romero

Contador
1SP214204/O-1